

Iso CHAITZ SCHERKERKEWITZ

DIREITO E INTERNET

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00098820

DIREITO E INTERNET

ISO CHAITZ SCHERKERKEWITZ



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, micro-fílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [11.06.2014]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-5298-4

SUMÁRIO

1

A INTERNET

1.1	Introdução	13
1.2	A nova onda da Internet	22
1.3	Computação na nuvem	24
1.4	Sociedade da informação no Brasil	24
1.5	Comitê gestor mundial da Internet	26
1.6	Do comitê gestor da Internet no Brasil	29
1.7	Registro de domínio no Brasil	32
1.8	O acesso à rede	36
1.9	O princípio da confiança	38
1.10	Do princípio da neutralidade tecnológica, neutralidade da rede e as normas jurídicas	39
1.11	Controle da rede	43

2

MARCO CIVIL DA INTERNET:

Lei 12.965, de 23.04.2014

2.1	Generalidades	47
2.2	O Marco Civil como vetor de interpretação das normas relacionadas com a Internet	52

3

DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

3.1	Introdução	55
3.2	Classificação do comércio eletrônico	58
3.3	Legislação aplicável ao comércio eletrônico no Brasil	59

4

DO DIREITO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

4.1	Da inexistência de autonomia científica do direito do comércio eletrônico	60
4.2	Peculiaridades do comércio eletrônico	61

4.3 Da prova dos contratos elaborados no comércio eletrônico	63
4.4 Inteligência artificial e a vontade.....	67
4.5 Normas do direito comparado	69

5

CONTRATO ELETRÔNICO

5.1 Definições.....	71
5.2 Contratação entre ausentes.....	72
5.3 Outras classificações: consequências jurídicas	73
5.4 Do lugar da formação do consentimento eletrônico.....	75
5.5 Da capacidade de contratar	78
5.6 Da oferta	78
5.7 Do momento da conclusão dos contratos	81
5.8 A formação do consentimento: aceitação	82
5.9 Do pagamento.....	83
5.10 Pagamento por cartão de crédito.....	84
5.11 Outras empresas	85
5.12 Moeda virtual.....	85
5.13 Do arrependimento.....	86

6

DOS CONTRATOS DIRETAMENTE
RELACIONADOS COM A INTERNET

6.1 Contratos de hospedagem.....	88
6.2 Das redes sociais	92
6.2.1 Funcionamento das redes sociais	94
6.3 Contrato de criação e manutenção da página web.....	95
6.4 Publicidade na Internet.....	96
6.5 Locação de espaço na Internet	97
6.6 Estudo de mercado na rede	98
6.7 Intermediação na Internet	99
6.8 Computação na nuvem: <i>cloud computing</i>	99

7

SUJEITOS NA INTERNET

7.1 Dos principais sujeitos.....	103
----------------------------------	-----

7.2 Dos provedores de acesso.....	103
7.3 Dos provedores de conteúdo.....	109
7.4 Terceiros auxiliares que fornecem “segurança” à rede e aos seus usuários ...	110
7.5 Certificadores de segurança	113
7.5.1 Assinatura digital: conceito	113
7.5.2 Da assinatura eletrônica ou digital: generalidades	114
7.6 Da empresa certificadora.....	115
7.7 Codificação das mensagens.....	117

8

CONDUTAS ILEGAIS NA REDE

8.1 Generalidades sobre a pirataria cibernética.....	120
8.2 “Ciberterrorismo”	122

9

DIREITO À PRIVACIDADE

9.1 Conceito	124
9.2 Possibilidades de violação à intimidade	127

10

JURISDIÇÃO E INTERNET

10.1 Generalidades	136
10.2 As regras de competência no Brasil	140

11

PROCESSO ELETRÔNICO

11.1 Generalidades	144
11.2 Peculiaridades do processo eletrônico	149
11.3 Do credenciamento do usuário	150
11.4 Da necessidade de disponibilidade do sistema	150
11.5 Da uniformização dos sistemas de processo judicial eletrônico	151
11.6 Da contagem dos prazos processuais.....	151
11.7 Necessidade de apoio para os usuários.....	153
11.8 Da privacidade das partes e a publicidade do processo	153

12

RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1	Generalidades	156
12.2	Teoria do risco.....	158
12.3	Serviço prestado de forma graciosa	160
12.4	Da responsabilidade dos prestadores de serviço na Internet.....	160
12.5	Responsabilidades do provedor de acesso, de conteúdo e de armazenamento	164
12.6	Prestadora de serviço de certificação: assinatura eletrônica	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		169
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....		173